

Dificuldades de Gestão Jurídica em ICTs Privadas no Brasil: desafios normativos, contratuais e institucionais

Giovana Agostinho de Souza Verri¹; Jorge Luiz Franco²; Filipe Alves Neto Verri³

¹ Instituto Curvelo. (giovana.agostinho@institutocurvelo.org.br).

² Instituto Curvelo. (jorge.franco@institutocurvelo.org.br).

³ Instituto Curvelo. (filipe.verri@institutocurvelo.org.br).

Resumo: As Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) privadas exercem papel estratégico no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SINCTI), atuando como elos vitais na execução de projetos de P&D em parceria com o setor produtivo e o poder público. Contudo, a gestão dessas instituições enfrenta desafios jurídicos decorrentes de um arcabouço normativo complexo, fragmentado e originado precipuamente para a realidade das ICTs públicas. Este cenário gera insegurança jurídica e impacta a eficiência administrativa necessária ao fomento da inovação. O presente estudo objetiva sistematizar as dificuldades jurídicas na gestão de ICTs privadas no Brasil, analisando a influência do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação na governança institucional e na formalização de parcerias. A pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada na análise documental da legislação — especificamente a Lei nº 10.973/2004, a Lei nº 13.243/2016 e o Decreto nº 9.283/2018 — combinada à revisão bibliográfica e a um estudo de caso em uma ICT privada no Estado de São Paulo. Os resultados evidenciam que os principais entraves residem na interpretação e aplicação dos instrumentos jurídicos do Marco Legal às entidades privadas, gerando incertezas na gestão da propriedade intelectual, na atuação dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) e na prestação de contas de recursos públicos. Observam-se, ainda, desafios de governança interna, onde a indefinição de papéis entre as esferas administrativa, jurídica e científica acarreta morosidade decisória. Conclui-se que a mitigação desses riscos e o fortalecimento do ecossistema de inovação demandam não apenas ajustes normativos, mas o desenvolvimento de modelos de gestão jurídica especializados, capazes de harmonizar compliance, flexibilidade institucional e segurança jurídica.

Palavras-chave: ICT privada; Gestão; Legislação.